



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 26ª
(VIGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,

EM 10 DE ABRIL DE 2008.

50

191

241 *laudas*

Publicação realizada em DCI nº 45 de 05/05/08
Serviço *Amok* Matrícula: 178187



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 71, de 25/04/2008, juntamente com a ata sucinta da 26ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Dá-se Início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a solicitação de V. Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

– Ata da 20ª Sessão Ordinária.

Como foi feito um acordo de Liderança para discussão da pauta, a Presidência vai suspender os trabalhos por trinta minutos para discuti-la com os Parlamentares e alguns técnicos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h06min, a sessão é reaberta às 16h31min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Está reaberta a sessão.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, devido às atividades de inauguração que ocorrem nas cidades, os pastores estão aqui desde as 13 horas. Solicito a V.Exa. a inversão de pauta para apreciação do item nº 9, referente ao Projeto de Lei Complementar nº 65, como primeiro item da pauta da Ordem do Dia. Assim, os pastores poderão voltar às atividades junto às missões, congregações e igrejas.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Brunelli, no momento da votação, acataremos a solicitação de V.Exa.

A Presidência sugere às Lideranças e aos demais Deputados que abram mão dos Comunicados de Líderes e de Parlamentares para passarmos à apreciação da pauta da Ordem do Dia.

Se não houver objeção, procederemos da forma proposta por esta Presidência. (Pausa.)

Portanto, passaremos à Ordem do Dia.

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de verificar a possibilidade de apreciarmos o veto ao Projeto de Lei nº 416/2007, que “destina espaço para uso preferencial em praças de alimentação de centros comerciais, lanchonetes, bares e estabelecimentos similares



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

no âmbito do Distrito Federal, a mulheres grávidas, idosos, pessoas portadoras de deficiências locomotoras e pessoas com crianças de colo”.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Berinaldo Pontes, esta Presidência acata o pedido de V.Exa., porém esclarecemos que o Deputado Brunelli pediu prioridade na apreciação de um item que interessa à maioria das pessoas presentes na galeria.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de acordo com a Liderança de Governo, solicito a retirada das duas emendas de plenário de minha autoria para apreciarmos com tranquilidade o referido projeto. Apresentarei as duas emendas em segundo turno, conforme acordado com a Liderança do Governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Item nº 9:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 65, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social e dá outras providências”.

Relatores: Deputado Paulo Roriz – CEOF

Deputado Leonardo Prudente – CAF



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Deputado Brunelli

– CCJ

A matéria já recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Fundiários na forma do substitutivo.

São necessários os pareceres da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solcito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de vir para cá, eu estava no Ministério do Planejamento com o Governador José Roberto Arruda e o Deputado Alberto Fraga, Secretário de Transporte, tratando do reajuste dos policiais e bombeiros militares com o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo.

O Ministro foi sensível ao pleito do Sr. Governador e dos Parlamentares para, segunda-feira, solicitar ao Presidente Lula o envio de medida provisória ao Congresso Nacional, que contempla os policiais e bombeiros militares com um reajuste de 14,2%, a exemplo da Polícia Civil, aprovado a partir de fevereiro – corporação de V.Exa. –, para que as três corporações possam ter o reajuste salarial de 2008 contemplado e prestar um serviço digno para a sociedade do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Fica registrado, Deputado Cabo Patrício.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que a Assessoria disponibilize o substitutivo do projeto para que o Deputado Cabo Patrício possa colocar, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, a sua honrada assinatura.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Solicito ao Relator, Deputado Paulo Roriz, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 65, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da CEOF.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, até em homenagem pela longa luta em favor do tema, abro mão da relatoria e designo o Deputado Brunelli.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vou anexar meu parecer, que está terminando de ser confeccionado, a este pronunciamento, mas, para dar celeridade, eu quero fazer um histórico pela Comissão de Constituição e Justiça.

Foi aprovado pela Comissão de Assuntos Fundiários da Câmara Legislativa do Distrito Federal projeto substitutivo de autoria do Deputado Leonardo Prudente e de vários outros Deputados. Foi aprovado pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, acatado o mesmo procedimento.

Registro no histórico do parecer pela CCJ que, em segundo turno, serão inseridas as emendas para confirmação, reorganização e adaptação do texto, além da correção de algumas disfunções e erros ocorridos, principalmente no que diz



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

respeito a endereços. Houve erros formais, com a troca de endereços e números, que serão corrigidos neste parecer.

Fica também consignada a exclusão do art. 19 do presente substitutivo, que fere o Direito Civil, o direito das constituições, de criação de leis, pois uma lei só pode ser modificada por outra de igual equiparação.

Ficam acrescidos os anexos e as modificações ora acertadas, conforme o texto que já fora combinado no Colégio de Líderes, acatadas as emendas, sem prejuízo em segundo turno.

Este, embasado na regimentalidade e na constitucionalidade da matéria, será o nosso parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O parecer foi na forma do substitutivo, não é, Deputado Brunelli? Com as emendas.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, vamos lembrar: meu parecer será anexado, estão terminando de fazer sua consignação.

No histórico desse parecer, são feitas as alterações dos anexos acordados com o Líder do Governo, que o Governo esqueceu, de uma forma ou de outra. Erros formais em endereços foram cometidos no processo e precisam ser corrigidos.

Há a questão do art. 19, que fere frontalmente o Código Civil brasileiro, o qual diz, em seus artigos, do primeiro ao quinto, que uma lei só pode ser modificada por lei igual, de mesma grandeza. Ou seja, lei complementar só pode ser modificada por lei complementar; lei ordinária, por lei ordinária. (Pausa.)

Bom, chegou o parecer! (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu apelo ao Deputado Brunelli para que se deixem, assim como foi acordado com o Colégio de Líderes, as emendas para o segundo turno. Porque se nós aprovarmos o parecer com emendas agora na CCJ, a matéria terá de voltar para todas as Comissões.

Então, que nós possamos seguir aquele rito acordado: votar sem emendas o primeiro turno, e já considerarmos essas emendas para o segundo turno, mas não hoje, para não haver qualquer incompatibilidade quanto à apreciação do primeiro turno hoje. Assim, votaríamos o substitutivo hoje e deixaríamos as emendas para o segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado Brunelli, para concluir o parecer da CCJ sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Wilson Lima, Sra. Deputada Eurides Brito, vou consignar meu parecer dessa forma; naturalmente o processo vai “correr”, e haverá novos pareceres por parte das Comissões, em segundo turno.

Vai ter de ser apreçada a matéria na CAF, na CEOF e na CCJ em segundo turno. E as emendas de plenário, com as devidas correções. Então, juntarei, neste momento, ao meu pronunciamento os termos que constam do parecer escrito, pela admissibilidade do PLC em referência. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o seguinte o parecer da CCJ:



PARECER Nº /2008

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 65/2008, que "dispõe sobre a regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social e dá outras providências.

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado Brunelli

I – RELATÓRIO

Mediante Mensagem nº 050/2008, de 26 de fevereiro de 2008, o Senhor Governador do Distrito Federal encaminha a esta Casa o projeto de Lei Complementar nº 065/2008 que "dispõe sobre a regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social e dá outras providências".

O Senhor Governador do Distrito Federal, nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, solicitou que referido Projeto de Lei tramitasse em regime de urgência.

Em sua justificação, o Chefe do Poder Executivo esclarece que a o objetivo principal desta proposição é resolver um problema histórico que se relaciona com a ocupação de terras públicas por entidades religiosas e de assistência social sem a necessária proteção legal.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas nesta Comissão.



II – VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do Art. 63, inciso I:

“examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação”.

Por sua vez, a Lei Orgânica do Distrito Federal, assim relaciona: *in verbis*:

“Art. 52. Cabe ao Poder Executivo a administração dos bens do Distrito Federal, ressalvado à Câmara Legislativa administrar aqueles utilizados em seus serviços e sob sua guarda”.

.....

**TÍTULO VII
DA POLÍTICA URBANA E RURAL
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 312. A política de desenvolvimento urbano e rural do Distrito Federal, observados os princípios da Constituição Federal e as peculiaridades locais e regionais, tem por objetivo assegurar que a propriedade cumpra sua função social e possibilitar a melhoria da qualidade de vida da população, mediante:

I –

Parágrafo único. As entidades filantrópicas que desenvolvem atividades de atendimento à menor carente, idoso ou portador de deficiência, declaradas de utilidade pública, terão atendimento prioritário na obtenção de terrenos para sua instalação em áreas reservadas a entidades assistenciais.

Isso porque a Constituição Federal exige dos entes políticos da federação brasileira uma atenção especial à criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de necessidades especiais.



O Chefe do Poder Executivo foi extramente feliz ao contemplar no projeto original dispositivo que prevê que a avaliação de todos esses terrenos seria diferenciada dos que costumeiramente são negociados pela TERRACAP. Esse dispositivo tem imenso alcance social e se coaduna com a proposta do atual Governador Arruda em conduzir estritamente pela legalidade.

Por conseguinte, a proposta ora encaminhada, além de promover uma restrição à destinação dos imóveis ocupados por entidades religiosas ou de assistência social, vem propiciar os critérios especiais necessários para avaliação deste e, ainda, indica a solução do problema em suas diversas etapas, a começar pelos imóveis já disponíveis e urbanisticamente compatíveis com a atividade desenvolvida de fato no local.

A proposição prevê que cumprida essa primeira etapa passar-se-á às alterações de destinação, desafetações de áreas públicas e criação ou ampliação de unidades imobiliárias, que sejam necessárias à regularização urbanística e fundiária das atividades mencionadas.

A etapa seguinte é a caracterização e delimitação das áreas públicas ocupadas sem que se tenha sequer o registro imobiliário do parcelamento, o que permite dizer que as unidades imobiliárias, embora já ocupadas, sequer existem legalmente.

A Comissão de Assuntos Fundiários propôs um substitutivo, com o objetivo de aprimorar a proposição inicial, o que de fato ocorreu. O substitutivo foi aprovado naquela Comissão, com o compromisso de que em plenário fosse feitas as retificações necessárias nos anexos, frente os erros neles encontrados.

O art. 19 do substitutivo apresenta vício insanável de constitucionalidade, pois outorga a uma Companhia Pública, o direito de legislar, quando isso somente cabe a esta Casa. É a conhecida máxima: *uma lei, somente pode ser mudada por outra lei.*

Assim, por atender aos princípios de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, somos pela **ADMISSIBILIDADE** do Projeto de Lei Complementar nº 065/2008, na forma do Substitutivo.

10.4



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Sala das Comissões, de

de 2008.

ebélvia
DEPUTADO
Presidente

[Signature]
DEPUTADO BRUNELLI
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

DEPUTADO BRUNELLI – Assim, junto o parecer nos termos da apresentação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – E fica aprovado na forma do substitutivo aprovado pela CAF e pela CEOF.

DEPUTADO BRUNELLI – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Parlamentares.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para uma questão de esclarecimento: ficou claro que o parecer da CCJ foi pela aprovação da matéria na forma do substitutivo aprovado na CAF, na íntegra.

É isso, Sr. Presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – É isso.

Em discussão, em primeiro turno, o projeto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse voto é o mais difícil, provavelmente, da minha vida parlamentar.

Por coerência e também por consciência, pronunciei-me de forma contrária à regularização dos condomínios por venda direta. Defendi que os condomínios passassem por um processo licitatório. Possivelmente, fui a única voz na política do Distrito Federal que falou isso. Mas foi uma questão de consciência, que me doeu muito. Decidi seguir com a minha consciência, com o que eu achava certo, e pronunciei-me contrário à regularização dos condomínios por venda direta.

Sou muito religioso. Sou sincero. Não sou evangélico, sou católico praticante – vou à missa todos os domingos –, mas tenho vários amigos evangélicos muito próximos. E estou vendo até algumas pessoas que eu conheço na galeria do plenário, alguns pastores.

Mas, por coerência, não posso votar favoravelmente a esse projeto, já que não agi assim com relação aos condomínios. Eu serei, possivelmente, o único voto contrário: esse projeto vai ser aprovado.

Eu fui eleito para seguir os valores que estão dentro de mim, meus princípios. Sei que eu posso ser prejudicado no futuro por isso, mas tenho de seguir o que meus valores estabelecem. E, por coerência – um dos valores que tenho é o da coerência –, como eu agi assim com relação aos condomínios, tenho que agir assim com relação às igrejas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Tenho muito respeito pelo trabalho que as igrejas fazem no Distrito Federal, um trabalho social que o Estado não consegue prover e que, muitas vezes, substitui o que deveria ser dever do Estado. Também tenho um posicionamento pessoal contrário ao aborto. Agora, eu tenho de seguir aqui a minha consciência.

Isso me dói muito. Eu não queria que o respeito que as pessoas têm por mim mudasse. Mas eu tenho a obrigação de votar com a minha consciência.

Sei do esforço de muitos dos que estão aqui para realmente fazer um trabalho social, tentar fazer com que as pessoas se coloquem no lugar do próximo, tentar fazer com que as pessoas reflitam sobre alguns problemas. Mas esse é o meu posicionamento, que me dói muito adotar, até porque vai contra algumas pessoas próximas.

Mas é para agir com coerência, da mesma forma como agi com relação aos condomínios: fui contra a venda direta e defendi um processo de regularização por licitação.

Essa é a minha posição.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, servidores desta Casa, meus amigos pastores, diáconos, obreiros, padres, muito obrigado pelas presenças.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Faço uma saudação especial ao meu querido Pastor Gideão, ao Missionário Doriel, ao Pastor Divino, ao Pastor Vilarindo e ao Pastor Lázaro.

Em nome desses valorosos homens de Deus, que têm empunhado a bandeira da ética, da luta pela moralidade, da restauração de vidas, do aconselhamento e da cura da alma, eu cumprimento a todos os nossos amigos que estão nesta galeria.

Hoje é um dia muito especial. Acredito que esta data certamente não estará marcada só na terra. A Bíblia diz que "o que ligares na terra estará ligado no céu". E hoje nós estamos ligando na terra algo que nasceu no coração do Governador Arruda, que nasceu no coração dos pastores e que nasceu no coração dos Deputados. Temos a oportunidade e o privilégio de dar àqueles que têm as suas áreas em situação não desejável, em situação de risco, em situação considerada irregular, porém não ilegal. É importante deixar claro isso. Em alguns locais, eu tenho ouvido algumas pessoas dizerem que as igrejas ocuparam lotes de forma ilegal. Eu não concordo com isso. Todas elas tiveram autorização do Poder Público, seja por um termo de ocupação ou por alguma lei. Não há ninguém que tenha ocupado área ou feito igreja de forma clandestina ou de forma ilegal. Repudio esse tipo de informação. Apenas não foi no rigor da lei.

Hoje nós temos a oportunidade de fazer com que o Governo dê as condições de regularização dos lotes ocupados, Deputado Bispo Renato.

Faço um apelo ao Deputado Reguffe para que S.Exa. reflita, porque, diferentemente de como foi feito nos condomínios, não está se fazendo venda direta,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

não está se doando lote, está se fazendo licitação. A única diferença é que, nos modelos normais de licitação, os legítimos ocupantes dessas áreas têm o direito de preferência. Se alguém faz uma oferta, eles têm o direito de serem beneficiados pela mesma oferta. O texto da lei é um texto que contempla a regularização de todas as igrejas, sem exceção, por processo de licitação pública. Deixo essa questão muito clara.

Aqui eu me rendo aos apelos da Deputada Eurides Brito, do Deputado Brunelli, do Deputado Bispo Renato para uma reavaliação dos endereços. Quero lembrar que, no meu relatório, eu me preocupei muito com o texto, com o substitutivo, que foi construído por várias mãos, por quase todos os Deputados desta Casa. Construímos um substitutivo, Deputado Pedro do Ovo. Agora, os endereços, eu confesso que não tive como conferir, porque são mais de 1.700. Se, na elaboração do meu substitutivo, eu pecar por algum endereço equivocado, eu peço perdão a Deus e a todos aqui. O que estamos tentando fazer é acertar.

Faço um apelo aos Deputados para encaminharem as suas propostas de emendas até segunda-feira pela manhã, até o meio-dia, para que haja tempo desta Liderança de Governo analisar as emendas e poder dizer o que é possível e o que não é possível acatarmos.

Convido os Irmãos e pastores para que estejamos aqui, novamente, na próxima terça-feira. Foi feito um acordo, e eu gostaria que o segundo turno fosse votado hoje, mas me rendo à vontade, sugestão e orientação da maioria dos Deputados para que votemos o segundo turno apenas na próxima terça-feira.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Agradeço a Deus por esse privilégio. Agradeço também a presença de todos os senhores e convido-os para, na próxima terça-feira, acompanharem a votação em segundo turno, quando votarei favoravelmente a este projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Alírio Neto, demais Parlamentares, meu cumprimento especial a toda comunidade religiosa que se encontra nesta Casa Legislativa, pastores, padres, leigos e à comunidade de maneira geral.

Eu diria, Sr. Presidente, que essa não é a primeira vez em que esta Casa debate tema dessa natureza. O Deputado Benício Tavares, que está aqui desde a primeira legislatura, sabe do que estou falando. Sempre pregamos aqui que as igrejas do Distrito Federal precisam de uma política pública que garanta a elas o legítimo direito de desenvolver essa atividade tão importante do ponto de vista espiritual e do ponto de vista social.

Sr. Presidente e demais Parlamentares, nós do Partido dos Trabalhadores temos uma posição clara em defesa da legalidade, e todos que estão aqui também a defendem. O que queremos, neste momento, é garantir que essas igrejas, que precisam e devem ser exemplo para os demais seres humanos, fiquem estabelecidas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

sem questionamentos quanto a sua legalidade e moralidade. A situação das igrejas precisa ser legitimada.

O Partido dos Trabalhadores trabalhou, desde o primeiro momento, por um substitutivo que garantisse a compensação de uma área, que garantisse as audiências públicas, porque eu tenho certeza de que todos os leigos defendem também que isso aconteça. Nenhuma Igreja quer ficar à margem do processo. Nenhuma Igreja quer funcionar na ilegalidade. É isso que o projeto de lei que estamos discutindo nesta Casa garante. Ele garante, de uma vez por todas, às igrejas, onde quer que estejam, de norte a sul e de leste a oeste desta cidade, o direito de funcionar de maneira legal. E não poderíamos ser contrários a isso. Assim como defendemos a legalização dos condomínios, assim como defendemos a legalização de outras atividades, não poderíamos virar as costas para as Igrejas, Deputado Cristlano Araújo.

Essa lei que estamos discutindo agora e para a qual apresentamos um substitutivo, Deputada Eurides Brito, votaremos favoravelmente a ela. Nós somos favoráveis porque entendemos que isso é importante para o desenvolvimento da atividade religiosa no Distrito Federal. Discutiremos, sim, as demais emendas na semana que vem – como bem disse o Deputado Leonardo Prudente. E eu tenho certeza, Deputado Leonardo Prudente, de que nenhum padre, nenhum pastor, nenhum líder de igreja quer que esta Casa aprove ilegalidade e imoralidade. Por isso, discutiremos sim, com muito carinho, todas as emendas, para que tenhamos a consciência tranqüila de que aprovaremos o melhor para esta cidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Por isso, quero fazer uma saudação a todos vocês e dizer que nós, como representantes da sociedade, temos o dever de aprovar as matérias que garantam o bom funcionamento da cidade, sem nenhum tipo de prejuízo quanto à legalidade e à moralidade. Tenho certeza absoluta de que todos os pastores e padres, toda a comunidade religiosa do Distrito Federal deseja o melhor quanto à votação dessa matéria.

Parabenizo o esforço de todos os Parlamentares desta Casa, que estão se somando neste momento para legalizar essa atividade tão importante, que é a atividade social e espiritual desenvolvida pelas nossas igrejas.

Parabéns a todos. Até a vitória!

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solícito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, formalizo agora, de forma regimental, a solicitação que já fiz no meu pronunciamento. Peço a V.Exa. que consulte o Plenário sobre o prazo para apresentação das emendas de segundo turno. Nossa sugestão é que seja até segunda-feira, às 12h ou às 18h.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do plenário, está aceita a sugestão das 18h.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, apenas para concluir, eu gostaria de fazer um agradecimento aos técnicos de todos os Deputados que tanto trabalharam, dia após dia, noite após noite. Permita-me nominar, ainda, a Dra. Denise e a Inimá, que trabalharam de forma mais ostensiva e se dedicaram muito ao projeto. Muito obrigado a eles.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência também os parabeniza.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, eu gostaria de saudar os pastores, os padres e os amigos que estão aqui para a votação deste projeto de lei, que é muito importante para todos nós. São anos de luta — para mim, que já fui Presidente do Conselho de Pastores e hoje sou Presidente licenciado da Federação de Igrejas, são quase vinte anos.

A Igreja Evangélica e certamente a Católica não querem favor do Estado. Queremos pagar por aquilo que usamos. Nobre amigo Deputado Reguffe, que diz que vota com a sua consciência, quando votamos com a nossa consciência, votamos pelo bem público, pelo bem da coletividade, pelo social. Pode ter certeza de que o respeito que tenho por V.Exa. não vai mudar. Contudo, eu gostaria muito que o seu voto fosse pelo social, pela educação e pela saúde, áreas que o segmento religioso desenvolve no Brasil melhor do que o Estado. Ninguém faz mais pela população do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

que as igrejas, de maneira geral, sejam elas evangélicas, católicas ou, até mesmo, espíritas.

Este projeto nos traz a solução de anos de luta. Queremos investir mais no social. Queremos investir em escolas, naquilo em que o Estado falha, porque temos a obrigação de não apenas levar a evangelização, mas também a educação e o social. Ninguém sabe fazer isso melhor que o segmento religioso, seja ele qual for. Hoje, falo especialmente pelo segmento evangélico, que represento. Esse não é um favor a nós prestado, é apenas uma dívida histórica que o Governo, o Estado, seja ele qual for, tem para conosco. Queremos pagar o justo preço por aquilo que desenvolvemos.

Quero agradecer, de uma maneira especial, ao Deputado Brunelli, à Deputada Eurides Brito e ao Deputado Leonardo Prudente, pelo trabalho que já desenvolvem em favor da comunidade evangélica, ao Deputado Rôney Nemer e ao Deputado Wilson Lima, pelo trabalho espetacular que fazem pelo segmento católico. Agradeço a cada um e, particularmente, à bancada do Partido dos Trabalhadores, na pessoa de seu Líder, Deputado Cabo Patrício, que, humildemente, mas com muita certeza e convicção, votará favoravelmente ao nosso projeto. V.Exas. têm a consciência de que, quando investem no social e na educação, investem na melhoria do Estado.

Agradeço também aos nossos nobres Líderes, apóstolo Doriel, pastor Gedeon Dias Ramos, do CIPE, pastor Divino Gonçalves, que representa tão bem o segmento evangélico; pastor Vilarindo Lima, que é um ícone da comunidade evangélica do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Distrito Federal; pastor Josimar, do COPEVE; e pastor Lázaro, que representa a instituição da qual sou presidente licenciado, a Federação Nacional das Igrejas Cristãs.

Tenho certeza de que a Câmara Legislativa está ao lado daqueles que fazem o bem, e o povo evangélico e o povo católico só pensam em fazer o bem. Por isso – tenho certeza – teremos o voto favorável.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Quero lembrar que já houve audiência pública para debater o tema. As pessoas da galeria vieram assistir a um ato solene de muita importância e estão aguardando a votação do projeto. Se cada um de nós continuar somente discutindo a matéria, sairemos daqui meia-noite ou uma hora da manhã, e eles não querem ficar aqui até esse horário. Então, vamos votar o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Milton Barbosa, a discussão é saudável e faz parte do Parlamento.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com muita tranquilidade e clareza, quero deixar registrado que, neste plenário lotado, com a galeria também cheia – mas não tanto quanto hoje –,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

realizamos uma audiência pública para encontrar os defeitos e os problemas do PLC encaminhado pelo GDF. Eu disse que precisávamos alterar o projeto para que ele atendesse a todas as entidades, de qualquer credo religioso e de assistência social, em todas as regiões administrativas do Distrito Federal.

Houve, ainda, reuniões com pastores de igrejas, com o monsenhor de Brasília, com entidades espíritas e com entidades de assistência social. Na segunda-feira, ainda haverá uma reunião com o Ministério Público do Distrito Federal.

A bancada do PT tem responsabilidade e votará a favor do substitutivo, porque ele não é o projeto encaminhado pelo Governo. É bom ficar claro que algumas emendas foram apresentadas pelo conjunto de Parlamentares desta Casa. As assessorias de todas as Lideranças e de todos os Parlamentares ajudaram a elaborar esse substitutivo. O texto tem algumas alterações e garante que, no caso de terrenos utilizados por templos religiosos ou por entidades de assistência social sem estudo técnico, será conseguida pelo Governo e disponibilizada outra área para viabilidade de uso por essa entidade.

Para sanar o vício de origem do Executivo, foi acrescentado também que a SEDUMA e a TERRACAP disponibilizarão técnicos para tornar viáveis todos os estudos ambientais e urbanísticos visando à regularização dos terrenos. Não se trata simplesmente da regularização de terrenos públicos ocupados, e isso tem de ficar claro. É necessário garantir que as pessoas de bem, de qualquer credo religioso ou de assistência social, juntamente com o conjunto dos Parlamentares desta Casa, independentemente de ideologia política ou partidária, tenham compromisso com o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Distrito Federal. Por isso, o GDF não vai regularizar nenhuma terra – e isso está no projeto – sem antes proceder a audiências públicas e trazer os estudos para o conhecimento da comunidade. Na Emenda nº 49, conforme exposto na audiência pública, ficou claro que esta é a função do GDF.

Esta Casa cumpre o seu papel ao criar o substitutivo e apreciar a matéria hoje em primeiro turno, sem as emendas, e em segundo turno somente na terça-feira com algumas emendas, melhorando ainda mais o projeto. Esta é a função do Parlamento: melhorar o projeto encaminhado pelo Executivo ou apresentado por qualquer parlamentar.

Esse projeto não será votado hoje em segundo turno, Deputado Bispo Renato, para que possa ser melhorado. Vamos trabalhar hoje, amanhã e no final de semana recebendo as emendas, como bem disse o Deputado Leonardo Prudente, até as 18h de segunda-feira. Discutiremos exaustivamente com todas as bancadas e blocos partidários, com todos os Parlamentares, a fim de que seja feita, na terça-feira, a apreciação em segundo turno de um projeto que atenda os anseios não somente da base do Governo e da Oposição, mas também os anseios da sociedade do Distrito Federal.

Por isso, a bancada do Partido dos Trabalhadores é favorável à aprovação do substitutivo sem emendas e sem o prejuízo da apreciação de novas emendas de segundo turno na próxima terça-feira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos da galeria, serei breve porque queremos e precisamos votar esse projeto.

Votar contra é fácil. Não é difícil ser contra o Condomínio Porto Rico em Santa Maria e aquelas milhares de famílias que moram lá, porque talvez possamos invocar o pensamento de que elas estão em uma área irregular e têm de pagar R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) ou R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por aquele terreno.

Também é fácil ser contra o Setor Habitacional Catetinho porque podemos invocar que ambientalmente aquele setor tem de se manter intocável. Talvez não seja difícil ser contra Vicente Pires e defender que aquelas famílias têm de passar por um processo de licitação e pagar R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) por um terreno, Deputada Erika Kokay. Não é difícil ser contra. Mas indago: é justo ser contra as igrejas? É justo nós Parlamentares votarmos contra a igreja? A igreja tem uma relevância enorme. É muito melhor termos dez igrejas em uma quadra do que um bar. É muito melhor termos um culto ou uma missa reunindo cem pessoas que em um prostíbulo termos cem ou duzentas pessoas reunidas. Por isso, externo meu voto favorável a esse projeto.

É justo votarmos contra as igrejas? Acho que não. Por isso terei a coragem de votar favorável a esse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este é um momento muito importante nesta Casa. Eu gostaria de fazer referência, assim como o Deputado Brunelli já o fez, a muitos projetos encaminhados pelo Governo e aqui apreciados. O Governador Joaquim Roriz várias vezes teve a oportunidade de encaminhar questões referentes às igrejas. Vários Deputados desta Casa também o fizeram e lutaram por isso, mas alguns desses projetos foram considerados inconstitucionais.

Chegamos a este momento e parablenzo o Governador José Roberto Arruda por ter encaminhado esse projeto a esta Casa. Parablenzo todos os Deputados que participam ativamente dessa discussão. Finalmente, enxergamos uma luz no fim do túnel, que é a efetiva regularização de uma situação que vem se arrastando ao longo dos anos.

Sr. Presidente, talvez esse projeto ainda não saia perfeito, como disse muito bem o nosso Líder, Deputado Leonardo Prudente. Mas nós homens, às vezes, não conseguimos fazer coisas tão perfeitas como gostaríamos. Mas, se depender do esforço do Governo e de todos os Deputados, esse projeto sairá o melhor possível para atender o pleito das senhoras e dos senhores que estão aqui.

Entendo que, às vezes, ouvimos muito sobre a violência instalada no Rio de Janeiro, em São Paulo e em muitos Estados do nosso País. Quando votamos um projeto como esse, creio que um dos aspectos que não observamos é que com isso podemos acabar com a violência, pois, quando instalamos uma igreja em uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

região, tenho certeza de que estaremos levando a paz, a fraternidade, o amor e o carinho.

Portanto, parablenzo o nosso Governador José Roberto Arruda por essa iniciativa; o nosso Líder, Relator da nossa comissão, pela condução da relatoria; e todos os Deputados que, de uma maneira especial, de uma forma ou outra, contribuíram para chegarmos até esse projeto. Eu não poderia deixar também de parabenizar todos os que estão aqui participando ativamente desta sessão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero saudar todos os presentes que lotam as nossas galerias hoje, representando as igrejas, os espaços Institucionais do exercício da fé no Distrito Federal.

Esta Casa, por vários momentos, na tentativa de possibilitar o funcionamento adequado das igrejas, prejudicou-as, na medida em que aprovou uma série de leis que, em seguida, foram consideradas inconstitucionais. O que era permitido por uma lei aqui aprovada se tornou proibido em seguida, prejudicando o exercício da religiosidade.

É importante termos igrejas no Distrito Federal. É importante termos liberdade de opção religiosa. É importante que todas as igrejas tenham os mesmos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

direitos. Digo isso porque este País já teve uma religião oficial. Hoje, o Brasil é um país laico. Muitas igrejas que hoje funcionam e cumprem uma função social foram vítimas de discriminação e perseguição. Outras o são até hoje.

Portanto, creio que é importante termos o compromisso de construirmos espaços de fé. Qualquer planejamento urbano deve ter essa previsão na estruturação e na construção de uma cidade. Assim como temos de ter escolas, temos de ter também espaços de fé. Mas os espaços de fé não podem vir para prejudicar o planejamento urbano.

Quando há, por exemplo, uma igreja em área residencial, o ritmo de vida daquela comunidade é alterado, porque aquele espaço foi planejado para uma residência e, de repente, recebe um número maior de pessoas, causando, assim, transtornos do ponto de vista de estacionamento e dos equipamentos públicos. Por isso o Estatuto da Cidade diz que é possível mudar a destinação de uma área residencial, mas a comunidade e a vizinhança têm que expressar a sua aprovação, porque, se temos espaços sagrados, que são as igrejas, os lares também são sagrados. Elaboramos um substitutivo para que a regularização dos espaços das igrejas não venha a ferir outras leis e para que não se fragilize um projeto aqui aprovado, pois não queremos que ele seja passível de uma ação do próprio Ministério Público e do Poder Judiciário.

Não queremos repetir essa história! Queremos ter um diálogo muito honesto e sincero com as igrejas que estão aqui representadas. Queremos o funcionamento, sim, das igrejas – entendemos que se há uma violência surda na nossa cidade, se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

não existissem as igrejas, essa violência seria muito maior – não apenas pelo trabalho social que desenvolvem, mas pela possibilidade dos espaços para se dialogarmos com Deus – os Deuses de cada um, as várias formas de dialogarmos com o Divino que cada Igreja tem.

É importante que tenhamos esses espaços, mas preservando a legalidade. Por isso, construímos esse substitutivo. Não podemos regularizar as igrejas ferindo a Lei Orgânica do Distrito Federal. A Lei diz que há de haver os estudos técnicos urbanísticos. Isso está no substitutivo.

Não podemos regularizar igrejas sem que tenhamos a avaliação da comunidade, se ela está de acordo ou não com isso, pelo menos da comunidade lindeira, como diz o Estatuto das Cidades. Isso está também sendo construído.

Portanto, analisamos lote a lote, a maioria deles que estão nos anexos não possuem qualquer tipo de problema urbanístico, têm que ser realmente regularizados. Para os outros lotes, construímos um instrumento, nesse substitutivo, de que se naquele local não for possível haver uma igreja, que a Terracap ofereça outro local, mas que a igreja não cesse o seu funcionamento nem desrespeite a legalidade.

Com esse substitutivo, poderemos dialogar com qualquer instância, pois o projeto de regularização dos lotes ficará dentro da legalidade, e as igrejas exercerão a sua função religiosa e social sem ferir a lei.

Apresentaremos ainda algumas outras emendas e iremos definitivamente discuti-las no segundo turno. No dia de hoje, votarei favorável ao substitutivo. É um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

projeto que tem que ser aprovado, tem que ter permanência e não pode ser questionado depois. Por isso, até segunda-feira, iremos discutir as outras emendas para que o projeto fique absolutamente dentro da legalidade, o que é possível, preservando-se os espaços de vocês, a fim de que possamos ter, enfim, as nossas igrejas regularizadas.

É melhor ter Igreja a bar, não tenho nenhuma dúvida disso, mas não podemos deixar que as Igrejas funcionem com qualquer sombra de ilegalidade.

Esse é o nosso objetivo para que vocês possam exercer a função relevante que exercem sem nenhum risco, sem sobressaltos e conscientes do planejamento urbano desta cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, servidores, senhoras e senhores, não entendo às vezes o porquê dessa discussão tão acirrada. Há muito tempo as pessoas estão ansiosas para que resolvamos esse problema. Por isso, elaboramos um substitutivo para que a regularização dos espaços das igrejas não venha a ferir outras leis e para que não se fragilize um projeto aqui aprovado, pois não queremos que ele seja passível de uma ação do próprio Ministério Público e do Poder Judiciário.

Não queremos repetir essa história! Queremos ter um diálogo muito honesto e sincero com as igrejas que estão aqui representadas. Queremos o funcionamento, sim, das igrejas – entendemos que se há uma violência surda na nossa cidade, se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

não existissem as igrejas, essa violência seria muito maior – não apenas pelo trabalho social que desenvolvem, mas pela possibilidade dos espaços para se dialogar com Deus – os Deuses de cada um, as várias formas de dialogarmos com o Divino que cada Igreja tem.

É importante que tenhamos esses espaços, mas se preservando a legalidade. Por isso, construímos esse substitutivo. Não podemos regularizar as igrejas ferindo a Lei Orgânica do Distrito Federal. A Lei diz que há de haver os estudos técnicos urbanísticos. Isso está no substitutivo.

Não podemos regularizar igrejas sem que tenhamos a avaliação da comunidade, se ela está de acordo ou não com isso, pelo menos da comunidade lindeira, como diz o Estatuto das Cidades. Isso está também sendo construído.

Portanto, analisamos lote a lote, a maioria deles que estão nos anexos não possuem qualquer tipo de problema urbanístico, têm que ser realmente regularizados. Para os outros lotes, construímos um instrumento, nesse substitutivo, de que se naquele local não for possível que se tenha uma igreja, que a Terracap ofereça outro local, mas que a igreja não cesse o seu funcionamento nem desrespeite a legalidade.

Com esse substitutivo, poderemos dialogar com qualquer instância, pois o projeto de regularização dos lotes ficará dentro da legalidade e as igrejas exercerão a sua função religiosa e social sem ferir a lei.

Apresentaremos ainda algumas outras emendas e iremos definitivamente discuti-las no segundo turno. No dia de hoje, votarei favorável ao substitutivo. É um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

projeto que tem que ser aprovado, tem que ter permanência e não pode ser questionado depois. Por isso, até segunda-feira, iremos discutir as outras emendas para que o projeto fique absolutamente dentro da legalidade, o que é possível, preservando-se os espaços de vocês, a fim de que possamos ter, enfim, as nossas igrejas regularizadas.

É melhor ter igreja a bar, não tenho nenhuma dúvida disso, mas não podemos deixar que as igrejas funcionem com qualquer sombra de ilegalidade.

Esse é o nosso objetivo para que vocês possam exercer a função relevante que exercem sem nenhum risco, sem sobressaltos e conscientes do planejamento urbano desta cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, servidores, senhoras e senhores, não entendo às vezes o porquê dessa discussão tão acirrada.

Há muito tempo as pessoas estão ansiosas para que resolvamos esse problema. Aqui já foram votadas mudanças de áreas. Criam-se postos de gasolina, criam-se tantas coisas! Quanto mais criar igrejas que realmente irão atender ao povo de Deus!

Ora, vejam V.Exas.: se a função precípua da igreja é evangelizar, é função dela, também, cuidar do aspecto social. Quantas vezes fiz palestras em algumas igrejas e vi que nelas se desenvolviam projetos de educação, de saúde e de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

segurança. É vital, já que o Estado não chega a todos os lugares, que a igreja participe junto com ele para formar melhores cidadãos. Quando vejo homens da estirpe do Pastor Divino e do Pastor Vilarindo – que estão aqui – e de outros pastores e padres representantes de outras igrejas, realmente, só posso ficar muito alegre, porque se tivermos muito mais igrejas, teremos um povo muito melhor.

Parabéns, e nós realmente devemos votar “sim” com todos vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou tentar ser breve. A Bíblia Sagrada menciona o seguinte: “Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”. Quero saudar a todos os presidentes dos conselhos CIPE, COPEV, FENAIC, da Associação Família Feliz e de outros conselhos e de outras associações aqui presentes.

Hoje, tenho certeza de que chegamos aqui por meio de muitas lutas, iniciadas pelo Governo Roriz, que, infelizmente, não teve a possibilidade de resolver a questão – não porque não quis, mas por uma série de situações judiciais intransponíveis. Com as modificações das leis e com a acomodação do Senado Federal, há algumas coisas que podem ser modificadas, e o Governador Arruda, com essa atenção, pôde então enviar a mensagem à Casa pelas várias situações que gostaríamos que acontecessem.

Hoje, quero agradecer – leve o nosso abraço, Deputada Jaqueline Roriz, ao ex-Governador Roriz – pois tenho certeza de que ele emblematizou o que ele pôde



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

fazer antes de 1993, com a doação das terras públicas para que muitas igrejas hoje tivessem o seu terreno público efetivado. Quero também lembrar à memória – não por não estar no nosso convívio, mas por não estar mais hoje nesta Casa – a figura do Deputado José Edmar, que também aprovou dezenas de leis aqui. Há o Deputado Benício, que ajudou muito nessa questão; o ex-Deputado Gim Argello também, assim como o ex-Deputado Adão Xavier, que fez um grande trabalho para o nosso segmento.

Sabemos que o nosso segmento sempre foi – infelizmente, é uma realidade – discriminado, principalmente os pastores das cidades do Distrito Federal que, com humildade e trabalho, nunca tiveram uma expressão, uma representatividade, um trabalho que tenho certeza está crescendo e demonstrando a forma de pensarmos e de agirmos. Talvez no futuro, quem sabe, teremos um morador de uma das cidades do Distrito Federal que pertença ao segmento evangélico no Senado Federal ou no Governo do Distrito Federal representando as nossas necessidades e buscando aquilo de que precisamos.

Ouvimos aqui, nesta tarde, pessoas que tiveram também as suas igrejas fechadas. Quantos pastores tiveram as suas igrejas nas áreas residenciais perseguidas por uma ou outra situação? Eu não tenho dúvida de que para sermos representados precisamos eleger pessoas que entendam as nossas necessidades e que façam delas as suas modificações. Eu não tenho dúvida da luta de cada um dos pastores que fizeram do seu trabalho sacerdotal uma experiência de vida para mudar muitas outras vidas. Quero parabenizar cada um de vocês que, ao longo do tempo,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

tem trabalhado, tem lutado para que Brasília seja sempre melhor. Todos temos sonhos – o sonho de chegar a um hospital e ser atendido; o sonho de colocar os nossos filhos em uma escola pública com um ensino de qualidade; o sonho de entrar em nossa casa, que está gradeada, mas não ter a sensação de que estamos em um presídio, porque presídio é aquele construído para abrigar os presidiários. A nossa casa não pode ser um presídio; o sonho de ver uma distribuição de renda justa, com oferta de empregos nesta cidade. Tenho a certeza de que esses sonhos só se concretizarão por meio da palavra de Deus – não por ação política –, que propiciará uma transformação externa por meio de uma transformação interna. E vocês contribuem muito para isso com a pregação da palavra de Deus diuturnamente.

Portanto fica aqui os nossos parabéns a casa pastor. A nossa alegria, o nosso entusiasmo de nascer dentro de um segmento de que não ouvimos falar, mas vivemos as batalhas e a lutas enfrentadas por filho de pastor. Meu pai é um pastor que começou, como todos vocês, do nada a projetar a palavra de Deus e a abençoar muitas vidas.

Contem conosco nessa luta, que é incessante. Tenho a certeza de que esse combate pertence a cada um de nós, e seremos atuantes nessa batalha. Parabenizo cada Deputado que participa dessa luta.

Gostaria de dizer também que o discurso tem de ser compatível com a prática. Não adianta a pessoa vir aqui dizer que é bonito, que é sensível, se na prática não demonstra isso. O nosso discurso tem de estar compatível com a nossa vida; a nossa vida não pode ser diferente do nosso discurso. O nosso voto tem que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

representar o que falamos, porque senão não teremos uma representatividade. Haverá apenas alguém se representando, ou alguém representando aquilo que lhe interessa. Isso não é democracia. Isso é monarquia. Estamos na democracia para representar um povo e mudar uma Nação.

Deus abençoe todos vocês.

Vamos trabalhar para mudar essa cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, boa-tarde a todos os que estão na galeria lutando por justos direitos, boa-tarde a todos da imprensa e boa-tarde a todos os nobres pares.

Quero comunicar que vou votar a favor por entender que, quando se vota a favor de um projeto como esse, não se está votando a favor de um pastor, mas, sim, da comunidade que é ouvida por esse pastor. Quando votamos a favor de um projeto como esse, não estamos votando a favor de um padre, mas, sim, de toda uma comunidade católica que frequenta essa igreja. Portanto, eu acredito que não estamos votando a favor de um pastor, de uma igreja ou de algum segmento. Estamos votando a favor de toda a comunidade do Distrito Federal.

Faço um pedido ao nobre Deputado Reguffe. Eu vi que S.Exa. se emocionou no momento em que fez o seu pronunciamento dizendo que votaria contrariamente ao projeto. Eu peço a S.Exa. que faça uma reflexão, pois esse projeto é maravilhoso e vai beneficiar a nossa comunidade. É um projeto que diz respeito a toda a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

população de Brasília. Eu creio que ele deveria ser aprovado por unanimidade. Faça uma reflexão, nobre Deputado Reguffe. Quem sabe S.Exa. reconsidere o voto. Um projeto desses tem que ter a concordância dos vinte e quatro Deputados desta Casa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento a galeria em nome do Pastor Divino, Pastor Chancerlei, Pastor Vilarindo, meu grande amigo e grande amigo do meu pai.

Vou ser muito breve. Essa destinação de áreas às igrejas significou uma luta muito grande do meu pai. Quando doava cada igreja, cada pedacinho de terra a essa instituição, ele dizia: "não é um bar". Então, a luta das igrejas é grande e é ela que irá apaziguar a violência na nossa cidade. E o que toca o ser humano é o importante tripé: escola, família e igreja, que nos faz seguir no caminho do bem.

Hoje, parablenizo todos nós, que contribuimos com a apresentação de emendas que possibilitaram a criação de espaços para que as pessoas cuidem da nossa cidade, cuidem, assim, do aspecto social da nossa igreja.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Pedro do Ovo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Sres. Deputados, imprensa, líderes religiosos, com toda a consideração ao Deputado Reguffe, e respeitando a sua posição, venho aqui para trazer o meu apoio a todos que lutaram por este projeto.

Hoje, esta Casa começa a resolver uma questão antiga – a destinação de áreas às igrejas. Para reforçar as palavras dos Deputados que apóiam esta idéia – tenho certeza de que é a grande maioria –, trago o meu voto favorável a este projeto.

Gostaria de dizer que onde houver uma igreja, com certeza, teremos uma quantidade menor de bares e de delegacias.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo à tribuna para manifestar o meu apoio a esta proposta do Governo, que resgata e busca fazer justiça com o atendimento às áreas sociais do Governo e, em especial, neste momento, ao segmento religioso da nossa sociedade.

É óbvio que o Estado tem que compreender a importância desse segmento religioso no seio da nossa sociedade. Esse reconhecimento que o Governador José Roberto Arruda traz neste momento ao encaminhar a proposta para que possamos regularizar aquilo que foi conquistado pelos senhores que estão aqui hoje



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

acompanhando a votação, terá, sim, o meu voto e a minha defesa. Podem ficar tranquilos. Pretendemos votar ainda hoje este projeto em primeiro turno.

Aprovelto para parabenizar algumas pessoas que foram fundamentais nesta luta, em especial o Bispo Renato, que tem sempre me procurado para falar sobre esse assunto. Também o Deputado Brunelli, que tem nos procurado para falar sobre esse assunto constantemente. Fica aqui registrada a luta desses Parlamentares em defesa deste segmento.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 65/08
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____

VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	f				
	BERINALDO PONTES	PP	f				
	BISPO RENATO	PR	f				
	BRUNELLI	DEM	f				
	CABO PATRÍCIO	PT	f				
	CHICO LEITE	PT				f	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	f				
	DOUTOR CHARLES	PTB	f				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDÉS BRITO	PMDB	f				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	f				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	LUZIA DE PAULA	PSL	f				
	MILTON BARBOSA	PSDB	f				
	PAULO RORIZ	DEM	f				
	PAULO TADEU	PT	f				
	PEDRO DO OVO	PMN	f				
	RAAD MASSOUH	DEM	f				
	REGUFFE	PDT		f			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				f	
	RÔNEY NEMER	PMDB	f				
	WILSON LIMA	PR	f				
	ALÍRIO NETO	PPS	f				
	TOTAL	---	21	f		2	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM _____ /2008

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR _____

ASSINATURA _____

MAT. _____

ASSP/ _____ Nº _____ / _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 1:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 416, de 2007, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes, que “destina espaço para uso preferencial em praças de alimentação de centros comerciais, lanchonetes, bares e estabelecimentos similares no âmbito do Distrito Federal, a mulheres grávidas, idosos, pessoas portadoras de deficiências locomotoras e pessoas com crianças de colo”.

Relator: Deputado Brunelli – CCJ.

Solicito à Deputada Eurides Brito que emita relatório pela Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir relatório. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça ao veto total ao Projeto de Lei nº 416, de 2007, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes, que “destina espaço para uso preferencial em praças de alimentação de centros comerciais, lanchonetes, bares e estabelecimentos similares no âmbito do Distrito Federal, a mulheres grávidas, idosos, pessoas portadoras de deficiências locomotoras e pessoas com crianças de colo”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Sr. Presidente, não há vício de inconstitucionalidade. O referido projeto é similar ao projeto que trata dos fumantes, aprovado nesta Casa, bem como em todos os estados brasileiros.

O projeto não inclui despesa por parte do governo; portanto, entendo que não há vício de inconstitucionalidade, e já há leis similares sobre o fumo. No caso do referido projeto, ele protege camadas populacionais que precisam de atenção, como idosos, mulheres grávidas e pessoas portadoras de deficiências.

É o relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o relatório.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) AO(S) : _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 416/07

Autor: Deputado(a): Bernaldo Pontes Executivo

Relator: Deputado(a): Eurides Brito

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP		X		
	BENÍCIO TAVARES	PMDB		X		
	BERINALDO PONTES	PP		X		
	BISPO RENATO	PR		X		
	BRUNELLI	DEM		X		
	CABO PATRÍCIO	PT		X		
	CHICO LEITE	PT				X
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X		
	DOUTOR CHARLES	PTB		X		
	ÉRIKA KOKAY	PT		X		
	EURIDES BRITO	PMDB		X		
	JAQUELINE RORIZ	PSDB		X		
	LEONARDO PRUDENTE	DEM				X
	LUZIA DE PAULA	PSL		X		
	MILTON BARBOSA	PSDB				X
	PAULO RORIZ	DEM		X		
	PAULO TADEU	PT		X		
	PEDRO DO OVO	PMN		X		
	RAAD MASSOUH	DEM		X		
	REGUFFE	PDT		X		
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				X
	RONEY NEMER	PMDB		X		
	WILSON LIMA	PR		X		
	ALÍRIO NETO	PPS		X		
	TOTAL	---		20		4

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

VOTOS "SIM"	—	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	20	VETO REJEITADO	<input checked="" type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO	—		
AUSÊNCIAS	04		

Assessoria de Plenário
PL N.º 416/07
Folha n.º 28

CONSOLIDADO POR [assinatura] 13821
ASSINATURA MAT. ASSP/ PL N.º 416/07
FOLHA N.º 26



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos contrários.

Total de votantes: 20.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer ao Deputado Berinaldo Pontes que esta Casa reconheceu o mérito do projeto apresentado por S.Exa. É um projeto que dá preferência de atendimento a setores que são mais vulneráveis.

Ele segue uma lógica já falada por Ruy Barbosa, entre tantos outros, de que temos de reconhecer as vulnerabilidades e estabelecer condições diferenciadas para que esses setores mais vulneráveis possam ter igualdade de direitos. Ou seja, não se pode tratar de forma igual os que têm uma situação de maior vulnerabilidade, inclusive dificuldade de locomoção.

Parabenizo o Deputado Berinaldo Pontes. Esta Casa, ao derrubar esse veto, reconhece o mérito e a importância desse projeto para a sociedade do Distrito Federal, não apenas para aqueles que serão beneficiários diretos. Aprovado por esta Casa, esse projeto é agora do povo de Brasília, para desenvolvermos uma sociedade mais solidária e mais fraterna.

Era apenas isso. Parabéns a V.Exa., Deputado Berinaldo Pontes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a prejudicialidade do item nº 18 da pauta, porque ele foi apreciado como extrapauta no dia 1º de abril, quando foram aprovadas as moções que constam desse item.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Fica registrada a solicitação de V.Exa., para que a Assessoria de Plenário a analise.

Concedo a palavra ao Deputado Berinaldo Pontes para declaração de voto.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, na tarde de hoje, dizer muito obrigado! Não em meu nome, mas em nome da sociedade do Distrito Federal. Esse projeto de lei – e aqui chamo a atenção da imprensa – nasceu de uma matéria feita pelo programa Fantástico sobre a necessidade de termos um atendimento especial a quem de fato precisa, que são as gestantes, os deficientes físicos, as mães com crianças de colo. Observamos nos *shopping centers*, na praça da alimentação, inúmeras mesas e cadeiras, mas não há espaço para mães com crianças de colo, para deficientes físicos se alimentarem. Mais uma vez, esta Casa demonstra se preocupar com a sociedade do Distrito Federal, em especial com aqueles que necessitam de uma atenção diferenciada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2008	16h	26ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Muito obrigado, Deputado Alírio Neto, Presidente desta Casa; muito obrigado, Deputado Dr. Charles. Agradeço a todos os vinte Parlamentares que votaram pela derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h51min.)